



Proposição: PEDIF - PEDIDO DE INFORMAÇÃO
Número: 000163/2026

APROVADO
Em: 14/07/2026

José Márcio Lopes Guedes
PRESIDENTE

Senhor Presidente,

Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

A Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização das Ações e dos Recursos Decorrentes da Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública, requer à Mesa, ouvido o Plenário, nos termos regimentais, que seja enviado ofício à Exma. Sra. Prefeita Municipal para que determine que a **Defesa Civil**, preste informações acerca das ações de resposta, recuperação, reconstrução das áreas e assistência às famílias atingidas pelas fortes chuvas de fevereiro de 2026 que ensejaram com a declaração de situação de emergência e do estado de calamidade pública pelo Decreto Municipal nº 17.693/2026.

A Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização das Ações e dos Recursos Decorrentes da Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública foi instituída pela Portaria nº 6.558/2026 desta Casa Legislativa e tem por finalidade analisar, acompanhar, fiscalizar e relatar a aplicação dos recursos públicos destinados ao enfrentamento da situação de emergência e do estado de calamidade pública declarados pelo Decreto Municipal nº 17.693/2026.

Visa à Comissão acompanhar a aplicação dos recursos próprios do Município, bem como daqueles provenientes dos Governos Federal e Estadual, destinados às ações de resposta, recuperação e reconstrução das áreas atingidas, abrangendo, entre outros aspectos, a execução orçamentária e financeira, as contratações diretas, os processos licitatórios, a cronologia de execução e a evolução física e financeira das obras.

Além disso, a Comissão acompanha as ações municipais voltadas ao atendimento da população afetada, incluindo a concessão do Auxílio Calamidade Municipal, do Auxílio Reconstrução (Governo Federal), do Programa Compra Assistida, bem como outros benefícios eventuais e as medidas adotadas para reconstrução das moradias destruídas ou disponibilização de novas unidades habitacionais às famílias atingidas.

Diante do exposto, com fundamento na competência fiscalizatória do Poder Legislativo, solicita-se à **DEFESA CIVIL** que preste as seguintes informações:

1 - Após a decretação da Situação de Emergência e do Estado de Calamidade Pública, quais foram as ações emergenciais executadas pela Defesa Civil?

2 - Quantos atendimentos foram realizados pela Defesa Civil em decorrência das chuvas que motivaram a decretação da calamidade pública?

3 - Quais foram os principais tipos de ocorrências registradas?



4 - Quantas vistorias técnicas foram realizadas pela Defesa Civil em decorrência desses eventos climáticos?

5 - Quantas interdições de áreas foram determinadas pela Defesa Civil em decorrência das chuvas?

6 - Em quais regiões do Município ocorreram interdições de áreas ou de imóveis?

7 - Das áreas interditadas, quantas correspondem a áreas de encosta e quantas a áreas de risco geológico? Informar a identificação e a localização de cada uma delas.

8 - Do total de interdições de áreas realizadas, quantas foram:

a) totais

b) parciais

c) temporárias;

d) definitivas (caso existentes)

9 - Quantos imóveis foram interditados pela Defesa Civil em decorrência das chuvas?

10 - Das interdições de imóveis realizados, quantos foram:

a) totais

b) parciais

c) temporárias;

d) definitivas (caso existentes)

11 - Decorridos mais de quatro meses da tragédia climática, quantas e quais áreas de encosta permanecem interditadas?

12 - Decorridos mais de quatro meses da tragédia climática, quantas e quais áreas classificadas como de risco geológico permanecem interditadas?

13 - Quais áreas ainda demandam monitoramento permanente e atuação preventiva das equipes técnicas da Defesa Civil?

14 - Qual é o efetivo atual da Defesa Civil Municipal, discriminando servidores efetivos, comissionados, contratados temporariamente e eventuais colaboradores ou cedidos?

15 - Qual é a média mensal de vistorias técnicas realizadas atualmente pela Defesa Civil?

16 - Quais recursos financeiros, materiais e operacionais foram disponibilizados pelo Município à Defesa Civil desde a decretação da Situação de Emergência, indicando os respectivos valores e a destinação de cada recurso?

17 - A Defesa Civil recebeu recursos oriundos do Governo do Estado? Em caso afirmativo informar:

- a) o valor recebido;
- b) a origem do recurso;
- c) a finalidade, e
- d) a forma de aplicação

18 - A Defesa Civil recebeu recursos oriundos do Governo Federal? Em caso afirmativo, informar:

- a) o valor recebido;
- b) a origem do recurso;
- c) a finalidade, e

d) a forma de aplicação. A Defesa Civil captou recursos por outras fontes, tais como convênios, emendas parlamentares, doações ou outros instrumentos? Em caso afirmativo, informar a origem, os valores e a destinação de cada recurso.

19 - Informar a relação completa das áreas atualmente interditadas, contendo, para cada uma delas:

- a) endereço ou localização precisa;
- b) classificação do risco;
- c) data da interdição;
- d) data da última vistoria técnica;
- e) situação atual da área;
- f) previsão de desinterdição, quando existente.

20 - Informar o número do processo administrativo correspondente a cada interdição de área ou de imóvel realizada em decorrência das chuvas de fevereiro de 2026.

21 - Para cada área atualmente interditada, informar:

- a) o motivo da manutenção da interdição;
- b) as intervenções já executadas;
- c) as intervenções ainda pendentes;

d) o órgão responsável pela execução das medidas necessárias;

e) a previsão para conclusão das intervenções.

22 - Informar todas as obras de contenção de encostas, estabilização de taludes, drenagem, reconstrução ou outras intervenções executadas ou em execução em decorrência da calamidade pública, indicando, para cada uma delas:

a) localização;

b) objeto da obra;

c) empresa executora;

d) modalidade de contratação;

e) valor contratado;

f) percentual de execução física;

g) prazo previsto para conclusão;

h) situação atual da obra.

23 - Informar quais obras ou intervenções consideradas necessárias pela Defesa Civil ainda não foram iniciadas, indicando os respectivos motivos.

24 - Informar os critérios técnicos utilizados para definição da ordem de prioridade das obras e intervenções executadas em decorrência da calamidade pública.

25 - Informar se foi elaborado Plano de Reconstrução ou documento técnico equivalente para recuperação das áreas atingidas. Em caso positivo, encaminhar cópia integral do documento, bem como do respectivo cronograma de execução.

26 - Informar se houve atualização do Mapa Municipal de Áreas de Risco após os eventos climáticos de fevereiro de 2026. Em caso positivo, encaminhar cópia do mapa atualizado e dos respectivos estudos técnicos que lhe deram suporte.

27 - Informar se foram contratados estudos geológicos, geotécnicos, hidrológicos ou outros estudos técnicos relacionados às áreas atingidas pela calamidade pública, indicando:

a) objeto;

b) empresa contratada;

c) valor contratado;

d) situação da execução;

e) encaminhando cópia dos respectivos estudos concluídos.



28 - Informar quais medidas permanentes foram implementadas após a calamidade para aprimoramento do monitoramento das áreas de risco e dos sistemas de alerta à população, especificando os equipamentos, sistemas ou tecnologias atualmente utilizados.

29 - Informar todas as contratações realizadas com fundamento na Situação de Emergência ou no Estado de Calamidade Pública relacionadas às atribuições da Defesa Civil, indicando:

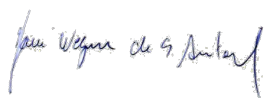
- a) contratado;
- b) objeto;
- c) fundamento legal;
- d) valor contratado;
- e) prazo de execução.

30 - Informar se houve auditorias, inspeções, fiscalizações ou recomendações expedidas por órgãos de controle interno ou externo relacionadas às ações desenvolvidas pela Defesa Civil em decorrência da calamidade pública. Em caso positivo, encaminhar cópia dos respectivos relatórios, recomendações ou determinações.

Requer-se, ainda, que todas as informações sejam prestadas de forma individualizada, completa e acompanhadas da respectiva documentação comprobatória, especialmente relatórios técnicos, laudos de vistoria, mapas de áreas de risco, estudos geológicos e geotécnicos, planilhas consolidadas, demonstrativos financeiros, cronogramas físico-financeiros, contratos, processos administrativos, ordens de serviço, medições, convênios, termos de parceria, instrumentos de repasse, notas de empenho, prestações de contas e demais documentos que permitam o pleno exercício da atividade fiscalizatória desta Comissão Especial, vedadas respostas genéricas ou estimativas desacompanhadas dos respectivos elementos comprobatórios.

Assim, contamos com apoio do Plenário na certeza da importância deste Pedido de Informação.

Palácio Barbosa Lima, 14 de julho de 2026.



João Wagner de Siqueira
Antoniol

Vereador João Wagner Antoniol -
MDB



Jefferson Da Silva Januário
Vereador Negro Bússola - PV



Laiz Perrut Marendino

Vereadora Laiz Perrut - PT



Carlos Alberto de Mello

Vereador Sargento Mello Casal -
PL



Carlos José de Souza
Vereador Fiote - PDT

